MOÇAMBIQUE
COMPANHIA DE SEGUROS

RELATÓRIO E CONTAS 2011

Órgãos Sociais

Eleitos para o triénio 2009-2011

Assembleia Geral

Presidente	Dr. António Pedro de Sá Alves Sameiro
1º Secretário	Instituto Nacional de Segurança Social
2º Secretário	Grupo Visabeira, SGPS, SA

Conselho de Administração

Presidente	G.C.P. – Sociedade de Gestão e Controlo de Participações Sociais, S.A.R.L. representada por Dr. Lucas Fazine Chachine
Vice-Presidente	Lusitania, Companhia de Seguros, SA representada por Dr. José António de Arez Romão
Vogal	Dr. Gonçalo Ramos e Costa

Conselho Fiscal

Presidente	Doutor Teodoro de Andrade Waty
Vogal	Dr. Mahomed Iqbal
Vogal	
Vogal suplente	Grupo Visabeira, SGPS, SA

Comissão de vencimentos

Presidente	Dr. António Pedro de Sá Alves Sameiro
Vogal	W&W – Consultoria e Investimentos, Lda. representada por Dr. Teodoro de Andrade Waty
Vogal	Lusitania, Companhia de Seguros, SA

Índice

MOÇAMBIQUE
COMPANHIA DE SEGUROS

Índice

1. Introdução **7**

2. Conjuntura Macroeconómica **8**

2.1. Economia Internacional 8
2.2. Economia de Moçambique 9
2.3. Perspectivas para 2012 10

3. O Mercado Segurador em Moçambique **10**

4. A MCS – Moçambique, Companhia de Seguros **11**

4.1. Expansão, Desenvolvimento Organizacional e Recursos Humanos 12
4.2. Sistemas de Informação 13
4.3. Marketing e Imagem Institucional 13
4.4. Análise da Actividade 13
4.5. Perspectivas para 2012 22

5. Proposta de Aplicação de Resultados **24**

6. Notas Finais **24**

Demonstrações Financeiras **26**

Anexo às Demonstrações Financeiras **33**

Parecer do Conselho Fiscal **67**

Relatório do Conselho de Administração

MOÇAMBIQUE

COMPANHIA DE SEGUROS

Relatório e Contas

2011

Exmos. Senhores Accionistas,

No cumprimento da Lei e dos Estatutos, submetemos à vossa apreciação e aprovação o Relatório e Contas da MCS – Moçambique, Companhia de Seguros, S.A., relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

1. Introdução

Ao finalizar o exercício de 2011, o décimo completo da actividade da empresa, importa realçar a imagem de qualidade e rigor técnico que a Moçambique, Companhia de Seguros tem mantido, desde a sua constituição, e que se fica a dever ao esforço, à dedicação e à competência de todos os seus trabalhadores.

Importa salientar que o exercício de 2011 representa o primeiro exercício de adopção das novas normas internacionais de contabilidade e das normas internacionais de relato financeiro (IAS / IFRS). Por este motivo e para manter a comparabilidade dos valores apresentados no Relatório de Gestão e nas Notas às contas, os valores apresentados referentes ao exercício de 2010 foram reexpressos nos termos do mencionado normativo internacional, agora adoptado pela actividade seguradora em Moçambique.

O quadro seguinte apresenta os principais indicadores da actividade:

	2011	2010[1]
Taxa de crescimento dos capitais próprios	1,18%	-15,54%
Taxa de sinistralidade	34,39%	42,06%
Expense ratio	36,49%	39,00%
Combined ratio	70,88%	81,06%
Taxa de cedência	22,64%	26,66%
Rentabilidade dos Capitais próprios	11,67%	1,40%
Provisões técnicas de Seguro Directo, líquidas de resseguro cedido (mil. de meticais)	78 245	75 630
Activos a representar as provisões técnicas (milhares de meticais)[2]	77 169	75 526
Rácio de cobertura das provisões técnicas	1.07	1.00
Resultado do exercício antes de impostos (milhares de meticais)	4 078	-260

1- Valores reexpressos nos termos dos IAS/IFRS, para efeitos de apresentação do ano de transição;

2- Os activos a representar provisões técnicas incluem, para além dos investimentos financeiros, os activos tangíveis líquidos de amortizações acumuladas e os custos de aquisição diferidos. Os imóveis encontram-se ao seu valor contabilístico bruto.

2. Conjuntura Macroeconómica

2.1. Economia Internacional

A economia mundial continua a mostrar sinais de abrandamento, com perspectivas de crescimento moderado em 2011 e 2012, situação justificada pelo fraco desempenho das principais economias mundiais, que no ano transacto, ao contrário dos anteriores, não tem sido suficientemente contrariado pelo crescimento robusto das economias emergentes, dada a crescente volatilidade e aversão ao risco por parte dos investidores.

O agravamento da crise da dívida soberana em alguns países da Zona Euro tem dominado as atenções dos mercados, sendo apontada como um dos factores de propagação do risco e pessimismo quanto à eficácia das medidas de consolidação orçamental e fiscal adoptadas pelas autoridades europeias.

As últimas projecções do *World Economic Outlook* apontam para uma revisão em baixa do crescimento económico mundial em cerca de 0,3 por cento, para 4,0%, determinado pelo abrandamento da actividade económica nas economias mais desenvolvidas (EUA e Europa) e nas emergentes (China e Índia).

Para a África Subsahariana, a mesma fonte perspectiva um aumento generalizado da produção e projecta, para 2012, uma aceleração da taxa de crescimento económico em meio ponto percentual, para 5,75%, mas que será acompanhado por riscos de pressões inflacionárias.

2.2. Economia de Moçambique

A crise financeira internacional e a volatilidade dos mercados atingem, naturalmente, a economia moçambicana. A política económica do Governo Moçambicano, de acordo com o discurso de final de ano do Senhor Governador do Banco de Moçambique prevê, para 2012, uma inflação média anual de 7,2%, um crescimento do PIB de 7,5%.

Esta aceleração do ritmo de expansão de Moçambique deve-se aos avanços promovidos pelo investimento directo estrangeiro, sob forma de mega-projectos, sobretudo no sector extractivo. Todavia, assinala-se também o bom desempenho agrícola, designadamente, para subsistência ou autoconsumo. Estes progressos inserem-se no objectivo estratégico global de erradicação de pobreza absoluta do país.

A despeito dos avanços conseguidos pela economia moçambicana e do sucesso dos esforços de estabilidade económica por parte das autoridades, no sentido de redução progressiva da dependência de auxílio internacional, há, ainda, muito espaço para o progresso em termos de desenvolvimento humano e de competitividade. Mais de 50% da população moçambicana vive em condições de pobreza extrema, não sendo alfabetizada.

O futuro do sucesso dos esforços das autoridades, no cumprimento dos objectivos de erradicação da pobreza, depende de forma crítica da atracção de investimento directo estrangeiro (IDE), promovendo a diversificação da economia, fortalecendo a actividade económica e alargando a base tributária. Nos últimos anos, a capacidade de atracção e retenção de IDE tem sido muito significativa, devendo manter-se no futuro, sustentando o

reforço do ritmo de crescimento, superior aos seus pares regionais, e afastando Moçambique de um modelo económico muito susceptível a acidentes naturais, potencializando a constituição de poupança e de capital a prazo, para o financiamento sustentável do processo de desenvolvimento.

2.3. Perspectivas para 2012

São enormes, os desafios que o ano de 2012 reserva a Moçambique, considerando as previsões de uma conjuntura internacional adversa e incerta. Ainda assim, a capacidade das instituições e dos moçambicanos para enfrentarem os riscos que se avizinham, produzindo mais para suprir as necessidades do mercado interno, diversificando os nossos produtos de exportação e explorando novos mercados e parcerias, permitem encará-lo com renovada esperança e vigor.

3. O Mercado Segurador em Moçambique

No ano de 2011 ficou marcado, essencialmente, pela já mencionada adopção dos normativos internacionais de contabilidade IAS e IFRS.

O mercado segurador, do lado da oferta, é constituído por oito seguradoras: a MCS – Moçambique, Companhia de Seguros, S.A.; a EMOSE, Empresa Moçambicana de Seguros, S.A., maioritariamente detida pelo Estado Moçambicano; a SIM - Seguradora Internacional de Moçambique, S.A., de capitais moçambicanos e portugueses, e que possui duas marcas a operar no mercado (a SIM, vocacionada para a banca-seguros, e a IMPAR, vocacionada para o retalho); a Global Alliance, S.A., de capitais sul-africanos e moçambicanos; a Hollard Seguros de Moçambique, S.A., subsidiária da Hollard África do Sul; a REAL, Companhia de Seguros de Moçambique e a Austral Seguros, S.A., e a Indico Seguros, de capitais moçambicanos, constituída por antigos quadros da Austral Seguros. Para além destas seguradoras opera, ainda, em Moçambique um ressegurador de capitais moçambicanos, a MOZRE, Moçambique Resseguros, S.A., de capitais moçambicanos e zimbabueanos.

A restante informação do sector segurador continua a ser escassa e a que aqui se apresenta é a que conseguimos obter ou inferir do conhecimento que acumulamos da indústria seguradora moçambicana.

As duas maiores operadoras no mercado, a SIM e a EMOSE têm uma quota de mercado, em termos de volume de negócios, que se estima de cerca de 60%. O índice de penetração dos seguros na Economia mantém-se reduzido, no entanto, as reformas no sistema financeiro, que o Governo, através da Inspecção Geral de Seguros, tem vindo a introduzir, nomeadamente a adopção, para as contas de 2011, dos IAS/IFRS e, a regulamentação dos fundos de pensões e dos seguros, bem como as já introduzidas nos últimos anos, permitem antever a continuação da evolução positiva do mercado segurador.

Da composição da carteira do mercado segurador não vida salienta-se o peso do ramo Automóvel, que representará mais de metade dos prémios do sector, seguido do ramo Incêndio e Elementos da Natureza e do ramo Diversos.

Em termos de sinistralidade o sector continua a beneficiar de taxas abaixo daquelas que se verificam noutros países, quer africanos quer europeus e, parece-nos, que à medida que a Indústria Seguradora se continue a afirmar na actividade económica e financeira, é natural que a este indicador venha a aumentar para níveis mais próximos do intervalo entre os 50% e os 65%.

4. A MCS – Moçambique, Companhia de Seguros

Ao iniciar a apreciação da actividade e dos resultados deste exercício, cumpre salientar, tal como referido no início deste relatório, que o exercício de 2011 ficou assinalado pelo esforço dedicado à gestão das cobranças e ao crescimento equilibrado da carteira.

No exercício em apreço consolidou-se a presença da Companhia na capital, através das dependências urbanas da Companhia, a primeira na sede da empresa, na Av. Kenneth Kaunda e a segunda na Av. Julius Nyerere, uma das mais emblemáticas e concorridas avenidas da capital e onde, com elevados padrões de qualidade e conforto, uma equipa profissional recebe os clientes, sinistrados e terceiros da cidade de Maputo.

A Companhia continuou a afirmar-se no sector segurador Moçambicano e manteve a autorização para a utilização do logótipo "Orgulho Moçambicano".

Apesar de se manterem alguns desequilíbrios, principalmente ao nível da estrutura de custos por natureza, os objectivos para este exercício podem considerar-se amplamente alcançados. Solidificaram-se as relações comerciais com os principais intervenientes no mercado e consolidou-se a presença da Companhia junto das pequenas e médias empresas moçambicanas, para além de se ter desenvolvido a presença junto de algumas das principais empresas que operam em Moçambique. Manteve-se a política de selecção de riscos e a orientação da acção comercial para a constituição de uma carteira de seguros assente em riscos simples com predominância do seguro Automóvel.

4.1. Expansão, Desenvolvimento Organizacional e Recursos Humanos

Em 2011, a MCS manteve a sua imagem de rigor e qualidade, confirmada pelo reduzido número de reclamações recebidas e pelo reconhecimento da sua forma de actuar por parte de clientes, corretores, concorrentes e resseguradores.

Os objectivos constantes do plano trienal de desenvolvimento da empresa foram alcançados, nomeadamente, em termos de crescimento da receita processada.

Em termos de expansão regional, a companhia inaugurou, em Novembro, a Dependência da Matola e está a estudar a possibilidade de expansão no norte do País.

A gestão de Recursos Humanos manteve a orientação de privilegiar a formação e o desenvolvimento das capacidades profissionais dos trabalhadores, tendo sido ministradas várias acções de formação internas e externas, bem como acções de acolhimento e formação a novos trabalhadores.

O quadro de pessoal da Companhia, composto por vinte e cinco elementos, dos quais, apenas, um é expatriado, tem vindo a crescer de forma sustentada, através de uma política de contratações assente em critérios de elevada qualidade. No exercício de 2011 apenas se registou uma nova admissão.

4.2. Sistemas de Informação

Tendo ficado concluído no decurso dos exercícios anteriores, o plano de substituição do parque informático da empresa, durante o exercício em apreço manteve-se a política de actualização permanente do equipamento informático.

A nível aplicacional, tem vindo a ser implementadas diversas melhorias no sistema operacional, com vista à optimização de processos e manteve-se o plano de introdução de novas melhorias de forma a dotar a aplicação de novas capacidades, nomeadamente ao nível da qualidade da informação.

4.3. Marketing e Imagem Institucional

Foram desenvolvidas várias acções de concepção e lançamento de novos produtos, orientados para o mercado de particulares, para o canal bancário e para o nicho das pequenas e médias empresas.

Mantiveram-se, como objectivo essencial da empresa, as acções de proximidade com os corretores do mercado.

No âmbito da Imagem Institucional, em 2008, a Moçambique, Companhia de Seguros, SA adoptou um novo logótipo, mais moderno e consentâneo com a modernidade expressa nas instalações da Sede, na Av. Kenneth Kaunda, 518, uma das mais emblemáticas artérias da capital, e que continua a simbolizar a afirmação da companhia na sociedade Moçambicana.

4.4. Análise da Actividade

4.4.1. Produção

Os prémios brutos emitidos atingiram, em 31 de Dezembro de 2011, o valor de 144 414 milhares de meticais, valor que se enquadra com o objectivo proposto para o referido exercício. Quando comparado com os 115 012 milhares de meticais registados no exercício anterior, o crescimento da receita processada, referente a contractos de seguro, fixou-se em 25,56%, valor que ultrapassa, em cerca de 2%, os 23,74% de crescimento verificados no exercício anterior.

Os valores alcançados continuam a reflectir o esforço dedicado ao crescimento, à consolidação e à diversificação da carteira da Companhia.

Este crescimento foi obtido através, sobretudo, da manutenção da acção comercial junto do segmento de particulares e das pequenas e médias empresas moçambicanas, bem como do aprofundamento das relações com os principais corretores do mercado, que continuam a merecer especial e estratégica atenção por parte da Companhia.

É-nos grato registar como clientes da Companhia várias das mais qualificadas empresas do mercado nacional, de entre as quais se destacam o Grupo Vodacom, a Petromoc, o Banco Único, a Médicos sem Fronteiras, a Hidroeléctrica de Cahora Bassa, a JAT Constrói, o FNB Moçambique, entre muitos outros.

No ano de 2011, foram emitidas 2 032 novas apólices, tanto em meticais, como em dólares e também em randes. O prémio médio por apólice ascendeu a 18,8 mil meticais, quando, em 2009, esse valor era de 20,4 milhares de meticais. Esta pequena variação negativa resulta do esforço atomização da carteira levado a efeito neste exercício com vista à minimização dos riscos operacionais e de subscrição.

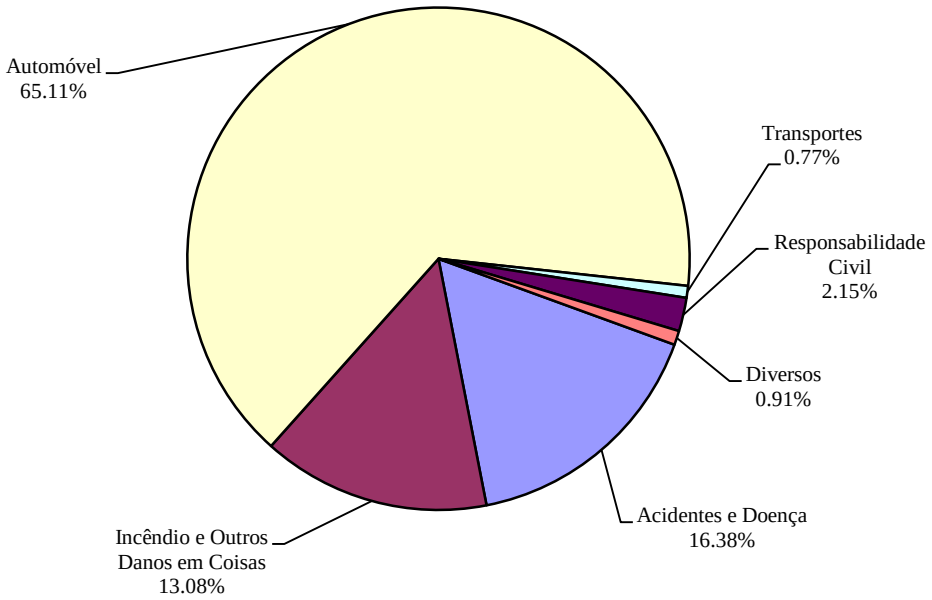
A composição da carteira em vigor continua a evidenciar a já mencionada rigorosa e prudente selecção de riscos, anotando-se que o ramo Automóvel contribuiu com cerca de 65,11% dos prémios em carteira, valor acima da média do mercado, que rondará os 55%.

Carteira em Vigor em 31 de Dezembro

meticais, ao câmbio de 31 de Dezembro

Ramo	2010		2011		Prémio Médio 2011
	Qt.	Prémio Simples Anual	Qt.	Prémio Simples Anual	
Acidentes e Doença	794	14 750 852.20	854	15 725 804.98	18 414.00
Incêndio e Elementos da Natureza	770	15 100 420.09	768	14 093 216.38	18 351.00
Automóvel	3 265	66 515 289.68	3 361	62 520 087.62	18 602.00
Transportes	12	1 082 357.42	13	737 884.66	56 760.00
Responsabilidade Civil	55	1 410 451.22	80	2 066 673.55	25 833.00
Diversos	33	1 707 214.67	24	872 672.03	36 361.00
Total	4 929	100 566 585.28	5 100	96 016 339.22	18 827.00

Composição da Carteira em vigor
31 de Dezembro de 2011



A carteira em vigor manteve-se praticamente inalterada, tendo diminuído cerca de 4,6 milhões de meticais, ou seja 4,52%, traduzindo não só a maturidade da carteira como o esforço de selecção de riscos. Para o decréscimo verificado contribuíram, essencialmente, os Ramos Diversos e Transportes, cujas variações se situaram em 48,88% e 31,83% negativos, respectivamente. De realçar, no entanto, o crescimento do Ramo Responsabilidade Civil, cerca de 46,53%. O ramo automóvel, por seu lado perdeu 6.01%, enquanto que em 2010 havia crescido 66,42%.

A composição da carteira da Companhia manteve-se, praticamente, inalterada e continua a refletir as dificuldades de crescimento nos ramos que não o ramo Automóvel e constitui uma fonte de atenção redobrada da gestão da Companhia. Regista-se a estabilização do ramo Automóvel em 65,11% (66,42% em 2010) e o ligeiro aumento dos ramos Acidentes e Doença e Incêndio e a perca do ramo Outros Danos para 16,38% e 14,68%, respectivamente (14,67% e 15,02%, em 2010).

A revisão das orientações estratégicas e a contínua monitorização da política de subscrição da Companhia, no sentido do seu alargamento aos riscos em que incorrem as pequenas e médias empresas moçambicanas, permitiram continuar a desenvolver a carteira da Companhia, que manteve uma evolução positiva e equilibrada no conjunto dos ramos, embora, nos últimos exercícios, com preponderância do ramo Automóvel.

Tendo-se mantido a tendência para os riscos simples, de boa qualidade, a receita processada do ramo Automóvel cresceu 31,49% e a do ramo Acidentes e Doença, 19,61%.

4.4.2. Resseguro Aceite

Não existiram contractos em regime de Resseguro Aceite.

4.4.3. Sinistros

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, a Companhia registou a participação de 552 processos de sinistro, dos quais 273 foram já encerrados. No final do exercício de 2011, o número de processos de sinistro abertos era de 436, sendo 273 de 2011, 99 de 2010, 49 de 2009 e 15 de exercícios anteriores a 2009.

Os custos com sinistros atingiram os 49 667 milhares de meticais, sendo 54 856 milhares de meticais referentes a montantes pagos, a que há que deduzir 5 188 milhares de meticais relativos à recuperação de provisões para sinistros e que se encontram reflectidos na conta de variação da provisão para sinistros. Os sinistros do ramo Automóvel, por si só, representam cerca de 86,46% dos montantes pagos, tendo-se registado um decréscimo no montante de provisões constituídas de 3 458 mil meticais. Este decréscimo ficou a dever-se, no essencial, ao encerramento atempado dos processos de sinistro que, fruto dos bons níveis de provisionamento, permitiram manter o provisionamento do ramo em níveis confortáveis e suficientes.

Custos com Sinistros
2011

meticais

Ramo	Qt	Montantes Pagos	Variação da provisão para sinistros	Custos com sinistros	Custo médio
Acidentes e Doença	115	2 161 426.01	149 710.73	2 311 136.74	20 096.84
Incêndio e Elementos da Natureza	16	4 290 604.55	-1 532 751.53	2 757 853.02	172 365.81
Automóvel	417	47 429 035.46	-3 457 965.59	43 971 069.87	105 446.21
Transportes	1	867 056.71	-482 942.76	384 113.95	384 113.95
Responsabilidade Civil	2	27 517.99	132 465.31	159 983.30	79 991.65
Diversos	1	80 000.00	3 254.86	83 254.86	83 254.86
Total	**552**	**54 855 640.72**	**-5 188 228.98**	**49 667 411.74**	**89 977.20**

O rácio de sinistralidade da Companhia fixou-se, assim, nos 34,39% dos prémios e seus adicionais, com o ramo Automóvel a atingir os 52,01%. A sinistralidade global da Companhia ficou, assim, 8% abaixo da registada no exercício anterior (42,06%) e dos 42,03% registados em 2009 e reflecte a cuidada selecção de carteira efectuada no final de 2010 e durante o exercício de 2011. Este nível de sinistralidade só se pode manter com um elevado grau de eficiência e de eficácia na gestão técnica dos ramos, em particular no ramo Automóvel. O ramo Incêndio e Elementos da Natureza registou uma sinistralidade de 9,98%, bastante acima do verificado em 2010, mas ainda assim, bastante abaixo da sinistralidade tradicional deste ramo. O exercício de 2011, tal como o de 2010, fica, assim, marcado pela melhoria na taxa de sinistralidade do Ramo Automóvel. Refira-se, finalmente, o bom desempenho do ramo Acidentes e Doença, cuja taxa de sinistralidade se quedou por 11,20%, bem como do ramo Diversos, que, no exercício em apreço, não registou uma taxa de 7.66%.

Taxas de Sinistralidade por Ramo
2011

meticais

Ramo	Prémios e Seus Adicionais	Custos com Sinistros	Sinistralidade
Acidentes e Doença	20 630 446.93	2 311 136.74	11.20%
Incêndio e Outros Danos em Coisas	27 620 989.10	2 757 853.02	9.98%
Automóvel	84 546 163.28	43 971 069.87	52.01%
Transportes	6 134 482.68	384 113.95	6.26%
Responsabilidade Civil	4 395 016.03	159 983.30	3.64%
Diversos	1 086 645.98	83 254.86	7.66%
Total	**144 413 744.00**	**49 667 411.74**	**34.39%**

Ainda quanto ao provisionamento técnico da Companhia, e pelo efeito que esta provisão tem nos resultados aqui apresentados, não podemos deixar de mencionar que, quer provocado pela melhoria da taxa de sinistralidade no exercício, 34.39%, em 2011, e 42.06%, em 2010, quer provocado pela ligeira melhoria ao nível dos custos administrativos e de aquisição, que representam 36,49% dos prémios processados, 39.00% em 2010, a Companhia recuperou 5 868 mil meticais de provisão para riscos em curso, quando no exercício precedente teve de registar um reforço de 2 043 mil meticais. A provisão para riscos em curso, apresentada em balanço, ascende a 2 882 mil meticais.

4.4.4. Custos de aquisição e custos administrativos

O valor das comissões processadas, em 2011, foi de 12 950 milhares de meticais, ou seja, 8,97% dos prémios e seus adicionais, valor que compara com 8,56%, no ano anterior. A manutenção deste rácio, apesar do crescimento de 25,56% dos prémios emitidos, fica a dever-se ao incremento da acção comercial.

O total dos custos por natureza ascendeu, em 2011, a 41,36% do total dos proveitos. As despesas com pessoal, incluindo as remunerações dos órgãos sociais, representaram 22,12% e os outros custos por natureza, 19,23%.

Comissões e Custos por Natureza

meticais

Designação	2010		2011	
	Valor	%	Valor	%
Comissões (1)	9 848 713.52	8.56%	12 949 977.40	8.97%
Despesas Gerais (2)	44 849 959.21	43.19%	52 699 285.34	41.36%
. Despesas com o Pessoal	24 680 495.25	23.77%	28 191 616.02	22.12%
. Outros custos	20 169 463.96	19.42%	24 507 669.32	19.23%
. Fornecimentos e Serv. Ex.	18 425 512.85	17.74%	21 132 562.94	16.58%
. Impostos e Taxas	65 413.33	0.06%	80 984.00	0.06%
. Amortizações	1 678 537.78	1.62%	2 757 850.00	2.16%
. Prov. Riscos e Enc.	0.00	0.00%	0.00	0.00%
. Prov. Riscos e Enc.	0.00	0.00%	0.00	0.00%

Total dos Prémios	115 012 497.00	144 413 744.00
Total dos Proveitos	103 841 622.12	127 429 259.53

(1) – Percentagem do total dos Prémios e seus Adicionais
(2) – Percentagem do total dos Proveitos

Os indicadores apresentados, para 2011, revelam uma melhoria, em relação aos verificados no final de 2010, no que se refere às despesas com o pessoal e aos restantes custos por natureza. Considera-se que os rácios apresentados se podem classificar como ajustados à realidade, mas, mesmo assim, demasiado elevados para a operação corrente e difíceis de sustentar a longo prazo. Assim, o controlo dos custos por natureza, com especial destaque para os fornecimentos e serviços externos, bem como a racionalização da utilização dos recursos humanos e materiais, constitui a preocupação dominante do Conselho de Administração e de todos os trabalhadores da Companhia.

Tal como em exercícios anteriores, neste exercício e dando cumprimento ao estabelecido no plano de contas para actividade seguradora, procedemos à imputação dos custos por natureza às funções sinistros, aquisição, administrativa e investimentos. Esta imputação foi efectuada por ramos, a cada uma das funções atrás referidas, através da análise dos registos informáticos, pretendendo-se, assim, evidenciar as cargas de trabalho de cada função.

4.4.5. Resseguro Cedido

O Resultado do Resseguro Cedido apresenta, no final de 2011, um saldo financeiro favorável aos resseguradores de 19 329 milhares de meticais, enquanto, em 2010, o saldo era de 23 201 milhares meticais. O resultado para os nossos resseguradores foi bastante positivo, traduzindo, de forma inequívoca, que a Companhia considera como parceiros privilegiados e essenciais os seus resseguradores.

Movimento com Resseguradores

meticais

Rubrica	2010	2011
Prémios Brutos de Resseguro Cedido	30 662 173.60	32 698 702.08
Comissões e Participação nos Resultados	7 311 538.61	11 526 400.72
Sinistros e Variação da provisão para sinistros	149 949.29	1 843 426.26
Resultado para Resseguradores	**23 200 685.70**	**19 328 875.10**

Merece uma referência especial, a percentagem dos Prémios de Resseguro Cedido em relação aos Prémios e seus Adicionais de Seguro Directo, que atingiu 22,64%, em 2011, valor que compara com 26,66%, em 2010, que se explica pela recuperação do crescimento nos ramos sem tratados proporcionais, em particular o ramo Acidentes de trabalho e o ramo Automóvel.

4.4.6. Gestão de Investimentos

No que respeita à Gestão de Investimentos, deve salientar-se que a mesma se continuou a pautar por critérios de prudência, próprios dos investidores institucionais, procurando conciliar a rendibilidade com os riscos envolvidos, tendo presente os escassos tipos de investimento disponíveis no mercado moçambicano e o elevado investimento canalizado para as instalações da Sede e da dependência da Julius Nyerere.

No exercício de 2011, a política de investimentos manteve-se orientada para as aplicações em depósitos a prazo, expressos, quer em moeda nacional, quer em dólares, tendo, igualmente, sido mantidos em carteira títulos de Dívida Pública.

Investimentos líquidos de desinvestimentos

meticais

Tipo de Investimento	2010	2011
Depósitos a prazo	22 229 540.00	20 496 600.01
Bilhetes do Tesouro	2 010 300.00	1 865 064.54
Obrigações	0.00	0.00
Empréstimos hipotecários	2 486 145.00	1 719 058.33
Imóveis	43 399 200.00	43 399 200.00
. de Rendimento	0.00	0.00
. de Serviço Próprio	43 399 200.00	43 399 200.00
. em curso	0.00	0.00
TOTAL	70 125 185.00	67 479 922.88

A variação negativa evidenciada no mapa acima resulta do reconhecimento de diferenças cambiais negativas nos investimentos expressos em moeda estrangeira em resultado da

desvalorização do metical em relação ao dólar e ao rande (o cambio do dólar e do rande no final de 2011 foi de 27,12 e 3,24 e, em 2010, 32,63 e 4,92, respectivamente) e que ascenderam a 5 254 mil meticais. No exercício de 2011 realizaram-se, ainda, investimentos em diverso equipamento, nomeadamente relacionados com as instalações da Companhia e com o parque informático.

4.4.7. Situação Financeira

O Activo Líquido, em 2011, totalizou 169 404 milhares de meticais, contra 162 051 milhares de meticais, em 2010, sendo 67 480 milhares de meticais referentes a investimentos reprodutivos.

O total dos Capitais Próprios, que, em 2010, se fixou em 30 872 milhares meticais, valor que inclui o resultado da reexpressão das contas, atingiu, no final do exercício de 2011, 35 398 milhares meticais, antes da aplicação dos resultados apurados no exercício. Esta evolução dos Capitais Próprios da Companhia resultou da aplicação do resultado do exercício precedente e dos resultados líquidos alcançados no exercício.

Importa, ainda, referir que, no exercício de 2011, dos cerca de 144 414 milhares de meticais de prémios processados, se cobraram cerca de 139 464 milhares de meticais. Este valor representa cerca de 96,57% dos prémios processados, abaixo dos 106,82% registados no exercício anterior, mas que constitui, ainda assim, a evidência do esforço de cobrança levado a cabo no exercício. Esta eficiência nas cobranças fica, fundamentalmente, a dever-se ao esforço desenvolvido no segundo semestre e será mantido e intensificado no exercício já em curso. É nossa convicção que, no decorrer do exercício de 2012, apesar a manutenção da crise económica, teremos capacidade de manter e eventualmente aumentar o rácio para os níveis registados no exercício anterior e próximos de 100%. Este rácio, dadas as circunstâncias específicas do mercado moçambicano, pode considerar-se bastante satisfatório.

O montante dos prémios em cobrança atingiu, em 31 de Dezembro de 2011, os expressivos 77 717 milhares de meticais. A provisão para recibos por cobrar, que ascende a 6 296 milhares de meticais, correspondente a uma cobertura de cerca de 8,23% do

montante desses prémios. O montante de prémios à cobrança com menos de 120 dias, representa cerca de metade dos prémios à cobrança e os com menos de um ano cerca de 75%. Em 2010, estes indicadores eram idênticos.

O Passivo da Companhia é, essencialmente, constituído por provisões técnicas, próprias da actividade seguradora, e por créditos relacionados com operações de resseguro.

4.4.8. Apreciação dos Resultados

O Resultado Líquido do Exercício atingiu os 4 525 918,51 meticais. Este resultado foi apurado depois do registo da mencionada provisão para prémios por cobrar, de amortizações no valor de 2 758 milhares de meticais e de perdas cambiais líquidas de 5 416 milhares de meticais.

4.5. Perspectivas para 2012

Para o ano de 2012, assumem-se como prioridades: a continuação do trabalho de consolidação da Companhia, através da manutenção de uma política de subscrição rigorosa, de medidas de selecção de carteira e de uma criteriosa regulação de sinistros, tendentes à obtenção do necessário equilíbrio na exploração técnica dos ramos, intensificando a acção comercial com vista ao crescimento nos ramos Incêndio e Outros Danos em Coisas e Acidentes de Trabalho, a manutenção do crescimento do volume de prémios, a preservação da imagem alcançada, alavancando a imagem das novas instalações da sede da empresa, o aumento da notoriedade da Companhia fora do mercado segurador e o apoio à formação técnica do pessoal. Torna-se, igualmente, essencial implementar uma política de racionalização de custos e de combate ao desperdício, sem a qual dificilmente se conseguirá atingir os níveis de rentabilidade necessários e exigidos ao equilíbrio da Companhia.

Os valores alcançados já no decorrer do ano de 2012 e permitem antever um bom desempenho da Companhia neste exercício. De facto, o volume de prémios processados,

no primeiro trimestre, foi de mais de 41 milhões de meticais, enquanto a sinistralidade de seguro directo se apresentou em níveis relativamente baixos, em cerca de 30% dos prémios processados neste trimestre. As despesas gerais ascenderam a cerca de 22% dos proveitos. Estes factos, aliados ao incremento do esforço comercial, à revisão tarifária em curso, bem como à manutenção da política de renovação de produtos, são o garante da continuação do desenvolvimento da Companhia, com níveis de desempenho satisfatórios. De realçar, ainda, a intensificação dos esforço de cobrança com o objectivo de alcançar uma estrutura de prémios à cobrança em que os recibos com mais de um ano de antiguidade serão tendencialmente inexistentes.

Tal como mencionado acima, a Companhia está a estudar a expansão regional para as províncias do Norte do País, acompanhando o desenvolvimento daquela região, bem os actuais clientes que, igualmente, estão a investir no Norte.

A Companhia iniciou em 2011 a preparação dos estudos de viabilidade económica com vista à introdução do Ramo Vida no conjunto da oferta da empresa, pretendendo, tornar-se, assim, uma seguradora global.

A introdução do novo plano de contas da actividade, de base IFRS/IAS e o incremento da acção reguladora da Inspecção Geral de Seguros permitem antever o desenvolvimento de um enquadramento legal mais adequado às necessidades do mercado moçambicano e mais consentâneo com realidade do país e com o desenvolvimento a que temos assistido na última década.

Prevendo-se o incremento, ainda que moderado, da economia moçambicana, a par da intensificação da concorrência e da sua repercussão ao nível dos resultados técnicos, a Companhia terá de intensificar esforços para consolidar a carteira e atingir níveis de produtividade elevados, objectivo esse em que todos os trabalhadores da Companhia se encontram empenhados.

5. Proposta de Aplicação de Resultados

Propõe-se a aplicação do lucro apurado, no montante de 4 525 918,51 meticais, nas seguintes rubricas:

Reserva Legal	905 183,70
Reserva Estatutária	226 295,93
Resultados transitados	3 394 438,88

Com a aplicação de resultados constante da presente proposta, a situação líquida da empresa fixar-se-á em 35 398 368,90 meticais.

6. Notas Finais

Ao finalizar, apresentamos as nossas saudações e agradecimentos a todos quantos nos têm ajudado e apoiado, contribuindo de forma decisiva para o crescimento da Companhia, nomeadamente:

. ao Governo de Moçambique e, em particular, ao Ministério do Plano e das Finanças, que tem assegurado ao País um clima de estabilidade e progresso, favorável ao desenvolvimento dos negócios;

. à Inspecção Geral de Seguros, pela forma como tem acompanhado a actividade da Companhia;

. ao Conselho Fiscal, pelo apoio sempre recebido e acompanhamento diligente da vida da Companhia;

. aos nossos Accionistas, pelo empenhamento e compreensão manifestados;

. aos nossos Auditores, pela colaboração prestada;

. à Lusitania, Companhia de Seguros, S.A. pelo apoio técnico sempre disponível;

. aos nossos Resseguradores pela acessibilidade e compreensão demonstradas;

. aos nossos Corretores pela colaboração prestada;

. aos nossos Clientes pela confiança demonstrada;

. aos nossos Trabalhadores pelo esforço, competência e dedicação com que sempre desempenharam as suas tarefas.

Maputo, 20 de Abril de 2012

O Conselho de Administração

Presidente
G.C.P. – Sociedade de Gestão e Controlo de Participações Sociais S.A.R.L., representada por
Dr. Lucas Fazine Chachine

Vogal
Lusitania, Companhia de Seguros, SA, representada por
Dr. José António de Arez Romão

Dr. Gonçalo Ramos e Costa

Demonstrações Financeiras

MOÇAMBIQUE

COMPANHIA DE SEGUROS

MOÇAMBIQUE, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Valores expressos em Meticais)

GANHOS E PERDAS	Notas	Ramos Não Vida										Conta Não Técnica	Totais do Exercício	Totais do Exercício Anterior
		Acidentes de Trabalho	Acidentes Pessoais e Doença	Incêndio e Elementos da Natureza	Automóvel	Marítimo	Ferroviário	Aéreo	Transportes	Responsabilidade Civil Geral	Diversos			
												-		
Prémios adquiridos líquidos de resseguro		**10 439 211.89**	**5 033 504.95**	**9 542 472.38**	**76 172 429.05**				**3 043 779.78**	**691 750.37**	**801 077.64**		**105 724 226.06**	**69 895 255.90**
Prémios brutos emitidos	3.13	15 822 903.88	4 807 543.05	27 620 989.10	84 546 163.28				6 134 482.68	4 395 016.03	1 086 645.98		144 413 744.00	115 012 497.00
Prémios de resseguro cedido	3.13	(3 797 945.07)		(19 686 544.14)	(2 489 545.31)				(3 160 119.73)	(3 103 391.49)	(461 156.34)		(32 698 702.08)	(30 662 173.60)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	3.10	(1 585 746.92)	623 007.31	5 313 736.06	(5 884 188.92)				12 604.04	(1 350 656.83)	278 462.37		(2 592 782.89)	(19 139 984.99)
Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	3.8		(397 045.41)	(3 705 708.64)					56 812.79	750 782.66	(102 874.37)		(3 398 032.97)	4 684 917.49
Custos com sinistros líquidos de resseguro		**1 226 630.79**	**1 058 768.15**	**983 458.96**	**44 655 866.56**				**693 469.82**	**66 616.90**	**35 460.59**		**48 720 271.77**	**48 226 055.79**
Montantes pagos														
Montantes brutos	3.14	2 160 226.38	4 251.46	4 315 233.50	47 541 240.00				861 491.47	27 135.72	82 125.73		54 991 704.26	46 663 691.93
Parte dos resseguradores	3.14		(12 686.17)	(2 170 607.52)					(331 820.91)		(48 000.00)		(2 563 114.60)	(1 707 281.51)
Provisão para sinistros (variação)														
Montante bruto	3.14	(933 595.59)	1 083 598.32	(1 532 751.53)	(2 885 373.44)				(482 942.76)	132 465.31	3 254.86		(4 615 344.83)	1 712 313.15
Parte dos resseguradores	3.14		(16 395.46)	371 584.51					646 742.02	(92 984.13)	(1 920.00)		907 026.94	1 557 332.22
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	3.10		(603 578.13)	(1 258 640.61)	(4 020 087.50)						25 674.20		(5 856 632.04)	2 052 208.35
Custos de exploração líquidos		**8 539 501.77**	**3 530 390.60**	**6 223 188.89**	**33 376 427.83**				**484 127.70**	**(665 554.35)**	**677 129.12**		**52 165 211.56**	**44 575 653.78**
Custos de aquisição	3.15	3 155 901.49	1 238 013.08	4 265 440.15	14 180 146.54				904 150.09	762 800.62	218 181.99		24 724 633.96	21 900 774.58
Custos de aquisição diferidos (variação)	3.15	(165 059.92)	25 263.07	303 618.64	(759 834.45)				64 950.15	(167 584.37)	13 904.75		(684 742.13)	(2 912 062.17)
Custos administrativos	3.15	5 725 300.39	3 143 246.59	7 313 220.96	20 882 938.69				1 136 557.16	923 039.35	527 417.31		39 651 720.45	32 898 479.98
Comissões e participação nos resultados de resseguro	3.15	(176 640.19)	(876 132.14)	(5 659 090.86)	(926 822.95)				(1 621 529.70)	(2 183 809.95)	(82 374.93)		(11 526 400.72)	(7 311 538.61)
Rendimentos														
Outros												1 469 356.14	1 469 356.14	882 231.24
Gastos com investimentos														
Outros	3.15	77 410.65	23 697.13	134 810.37	414 436.59				30 016.38	21 590.72	5 266.03		707 227.87	1 391 412.13
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)		**6 964.94**	**56 149.90**	**158 252.12**	**1 818 692.30**				**91 115.99**	**14 924.85**	**(16 847.90)**		**2 129 252.20**	
De activos disponíveis para venda														
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	3.9	6 964.94	56 149.90	158 252.12	1 818 692.30				91 115.99	14 924.85	(16 847.90)		2 129 252.20	
De investimentos a deter até a maturidade	-													
De outros														
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro				133 612.50									133 612.50	(90 171.11)
Outras provisões (variação)														
Outros rendimentos/gastos	3.16											(5 384 011.16)	(5 384 011.16)	25 297 749.40
Resultado antes de imposto		**588 703.74**	**968 077.30**	**3 435 015.15**	**(72 906.73)**				**1 745 049.89**	**1 254 172.25**	**74 395.60**	**(3 914 655.02)**	**4 077 852.18**	**(260 264.62)**
Impostos correntes	3.17												(2 833 041.58)	
Impostos diferidos	3.17												3 281 107.91	(1 599 752.64)
Resultado líquido do exercício		**588 703.74**	**968 077.30**	**3 435 015.15**	**(72 906.73)**				**1 745 049.89**	**1 254 172.25**	**74 395.60**	**(3 914 655.02)**	**4 525 918.51**	**(1 860 017.26)**

O Técnico de contas

A Administração

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras

MOÇAMBIQUE, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Valores expressos em Meticais)

BALANÇO	Notas	31-12-2011 Valor bruto	31-12-2011 Depreciações e provisões	31-12-2011 Valor líquido	31-12-2010
ACTIVO					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	3.1	3 490 405.39		3 490 405.39	5 401 145.80
Empréstimos e contas a receber					
Outros depósitos	3.2	21 045 602.01		21 045 602.01	22 754 852.33
Outros empréstimos	3.3	1 719 058.33		1 719 058.33	2 653 334.33
Investimentos a deter até a maturidade	3.4	1 898 883.65		1 898 883.65	1 878 689.91
Edifícios					
De uso próprio	3.5	43 399 200.00	1 301 976.00	42 097 224.00	42 748 212.00
Outros activos tangíveis	3.6	18 471 373.58	11 328 082.80	7 143 290.78	6 624 722.42
Outros activos intangíveis	3.7	656 140.35	218 692.00	437 448.35	
Provisões técnicas de resseguro cedido					
Provisão para prémios não adquiridos	3.8	6 988 123.75		6 988 123.75	10 386 156.72
Provisão para sinistros					
De acidentes de trabalho	3.8	14 700.00		14 700.00	14 700.00
De outros ramos	3.8	967 344.66		967 344.66	1 874 371.60
Outros devedores por operações de seguros e outras operações					
Contas a receber por outras operações de seguro directo	3.9	78 224 181.48	6 296 068.32	71 928 113.16	58 128 431.17
Contas a receber por outras operações de resseguro	3.9	3 870 811.05		3 870 811.05	3 373 000.12
Contas a receber por outras operações	3.9	6 109 454.60		6 109 454.60	6 203 657.49
Activos por impostos e taxas					
Activos por impostos diferidos	3.17	1 681 355.27		1 681 355.27	
Acréscimos e diferimentos		11 756.00		11 756.00	9 409.00
Total do activo		**188 548 390.12**	**19 144 819.12**	**169 403 571.00**	**162 050 682.89**

O Técnico de contas

A Administração

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeira

MOÇAMBIQUE, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Valores expressos em Meticais)

BALANÇO	Notas	31-12-2011	31-12-2010
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO			
PASSIVO			
Provisões técnicas			
Provisão para prémios não adquiridos	3.10	60 992 731.86	59 152 494.74
Provisão para sinistros			
Do ramo acidentes de trabalho e doenças profissionais	3.10	293 019.08	1 327 482.83
De outros ramos	3.10	16 134 544.12	18 630 243.43
Provisão para desvios de sinistralidade	3.10	55 527.25	44 449.17
Provisão para riscos em curso	3.10	2 882 448.81	8 750 158.93
Outros credores por operações de seguros e outras operações			
Contas a pagar por operações de seguro directo	3.11	9 107 765.08	7 488 292.24
Contas a pagar por operações de resseguro	3.11	29 416 324.29	24 108 062.17
Contas a pagar por outras operações	3.11	4 171 203.09	1 998 349.24
Passivos por impostos			
Passivos por impostos correntes	3.17	7 690 140.33	4 817 448.92
Passivos por impostos diferidos	3.17	3 261 498.19	4 861 250.83
Total do passivo		**134 005 202.10**	**131 178 232.50**
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	3.12	33 000 000.00	33 000 000.00
Reserva legal		2 964 986.89	2 964 986.89
Reservas estatutárias		976 946.71	976 946.71
Outras reservas		1 464 633.77	1 464 633.77
Resultados transitados		(7 534 116.98)	(5 674 099.73)
Resultados do exercício		4 525 918.51	(1 860 017.26)
Total do Capital Próprio		**35 398 368.90**	**30 872 450.39**
Total do Passivo e do Capital Próprio		**169 403 571.00**	**162 050 682.89**

O Técnico de contas

A Administração

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeira

MOÇAMBIQUE, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Valores expressos em Meticais)

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO

	Capital social	Reservas de reavaliação	Reserva legal	Reservas estatutárias	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Balanço a 1 de Janeiro de 2010	***33 000 000.00***	***10 192 181.84***	***2 964 986.89***	***976 946.71***	***1 464 633.77***		***(12 666 832.00)***	***35 931 917.21***
Efeito da 1ª aplicação		(10 192 181.84)				6 992 732.29		(3 199 449.55)
Balanço a 1 de Janeiro de 2010	***33 000 000.00***		***2 964 986.89***	***976 946.71***	***1 464 633.77***	***6 992 732.29***	***(12 666 832.00)***	***32 732 467.66***
Aplicação do resultado do exercício						(12 666 832.00)	12 666 832.00	
Resultado líquido do exercício							(1 860 017.26)	(1 860 017.26)
Balanço a 31 de Dezembro de 2010	***33 000 000.00***		***2 964 986.89***	***976 946.71***	***1 464 633.77***	***(5 674 099.71)***	***(1 860 017.26)***	***30 872 450.41***
Aplicação do resultado do exercício						(1 860 017.26)	1 860 017.26	
Resultado líquido do exercício							4 525 918.51	4 525 918.51
Balanço a 31 de Dezembro de 2011	***33 000 000.00***		***2 964 986.89***	***976 946.71***	***1 464 633.77***	***(7 534 116.96)***	***4 525 918.51***	***35 398 368.92***

O Técnico de contas

A Administração

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras

MCS – MOÇAMBIQUE, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Valores expressos em Meticais)

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL	Notas	2011	2010
Resultado líquido do exercício		4 525 918.51	(1 860 017.26)
Outros ganhos / (perdas) reconhecidos directamente em Capital próprio		-	-
Total do rendimento integral		**4 525 918.51**	**(1 860 017.26)**

O Técnico de contas

A Administração

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras

MOÇAMBIQUE, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Valores expressos em Meticais)

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	2011	2010
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Resultado líquido do exercício	4 525 918.51	(1 860 017.26)
Ajustamentos ao resultado relativos a:		
Impostos sobre o rendimento	(448 066.33)	1 599 752.64
Depreciações e amortizações	2 539 158.00	2 329 525.78
Variação das provisões técnicias, líquidas de resseguro	(3 241 498.07)	19 224 786.60
Imparidade de activos financeiros líquida de reversões e recuperações	2 129 252.20	(17 317 875.40)
Variações nos activos e passivos operacionais:		
(Aumento) / redução de outros devedores e credores por operações de seguros e outras operações	(8 701 309.56)	785 782.66
(Aumento) / redução de activos tangíveis e activos intangíveis	(2 844 186.71)	(1 100 297.74)
(Aumento) / redução de outros activos e passivos correntes	(2 347.00)	(9 409.00)
Aumento / (redução) de impostos activos / passivos	39 649.83	420 707.16
Aumento / (redução) de outros passivos financeiros		
Caixa líquida gerada pelas actividades operacionais	(6 003 429.13)	4 072 955.44
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
(Aumento) / redução de empréstimos e contas a receber	2 643 526.32	(2 553 651.88)
(Aumento) / redução de investimentos detidos até à maturidade	(20 193.74)	219 119.19
Juros obtidos	1 469 356.14	882 231.24
Caixa líquida gerada pelas actividades de investimento	4 092 688.72	(2 141 301.03)
Aumento/(redução) em caixa e equivalentes de caixa	(1 910 740.41)	2 620 653.99
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**5 401 145.80**	**2 780 491.81**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**3 490 405.39**	**5 401 145.80**

O Técnico de contas

A Administração

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras

Anexo às Demonstrações Financeiras

MOÇAMBIQUE

COMPANHIA DE SEGUROS

Notas às demonstrações financeiras

1. Informações gerais

A Moçambique, Companhia de Seguros, S.A., (adiante designada por MCS ou Companhia) é uma sociedade anónima de responsabilidade limitada, constituída em 20 de Julho de 2000 por tempo indeterminado. Tem a sua sede em Maputo e rege-se pelos seus estatutos e demais legislação aplicável.

A Companhia tem por objecto o exercício da actividade de seguro e resseguro, em todos os ramos reais e iniciou a actividade operacional em 3 de Junho de 2011.

2. Políticas contabilísticas

2.1. Base de preparação

As presentes demonstrações financeiras, que se reportam ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, foram preparadas em conformidade com o Diploma Ministerial n.º 222/2010, de 17 de Dezembro, baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) emitidas até àquela data, e ainda de acordo com disposições emanadas pelo Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique (ISSM) relativas à contabilização das operações das empresas de seguros em Moçambique. Em consequência, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nos princípios da continuidade e do custo histórico, excepto para as situações especificamente identificadas, que decorrem da aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF).

As presentes demonstrações financeiras foram apresentadas aos accionistas e estão sujeitas a aprovação em Assembleia Geral de accionistas agendada para 28 de Maio de 2012.

2.2. Políticas contabilísticas

a) Transacções em moeda estrangeira

A MCS tem o Metical como moeda funcional.

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção.

Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Meticais à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio da data da transacção. Os activos e passivos não monetários ao justo valor, expressos em moeda estrangeira, são convertidos para Meticais à taxa de câmbio da data em que o justo valor é determinado.

As taxas de câmbio consideradas para a conversão dos activos e passivos financeiros à data de 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010 foram as seguintes:

	31-Dez-2011	31-Dez-2010
Dólar Norte-Americano	27,12	32,63
Rand Sul-Africano	3,34	4,92

b) Activos financeiros

A classificação dos activos financeiros no seu reconhecimento inicial depende do objectivo para o qual o instrumento foi adquirido bem como das suas características, considerandos as seguintes categorias:

Investimentos a deter até à maturidade

Considera-se investimentos a deter até à maturidade a categoria de activos financeiros não derivados com pagamentos fixos e determináveis e maturidades fixadas, tendo a Companhia a intenção de deter os mesmos até à maturidade.

Empréstimos e contas a receber

Classifica-se como empréstimos e contas a receber os activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados num mercado activo.

Os activos financeiros são reconhecidos no balanço da MCS na data de contratação pelo respectivo justo valor acrescido de custos de transacção directamente atribuíveis, excepto para activos e passivos ao justo valor através dos resultados em que os custos de transacção são imediatamente reconhecidos em resultados.

O justo valor é determinado com base em preços de um mercado activo ou em métodos de avaliação no caso de inexistência de tal mercado activo. Um mercado é considerado activo se ocorrerem transacções de forma regular.

A MCS avalia, à data de cada balanço, se existe evidência objectiva de que um activo financeiro ou grupo de activos financeiros está em imparidade. Considera-se que um activo financeiro está em imparidade se, e apenas se, existir evidência objectiva de perda de valor em resultado de um ou mais acontecimentos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do activo e desde que tais acontecimentos tenham um impacto sobre os fluxos de caixa futuros estimados dos activos financeiros. A evidência de imparidade pode incluir indicações de que o devedor ou um grupo de devedores está em dificuldades financeiras, incumprimento ou mora na liquidação de capital ou juros, a probabilidade de entrarem em falência ou em reorganização financeira e sempre que esteja disponível informação que indica um decréscimo de valor dos fluxos de caixa futuros.

Reconhecimento inicial, mensuração e anulação do reconhecimento

As aquisições e alienações dos activos financeiros ao justo valor através dos resultados, assim como os activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na data da sua transacção.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, à excepção da categoria dos activos financeiros ao justo valor através dos resultados, sendo os custos de transacção reconhecidos em resultados.

A anulação dos activos financeiros ocorre quando os direitos contratuais do activo financeiro expiram, quando a Companhia tenha procedido à transferência substancial de todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou, não obstante retenha parte, mas

não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a MCS tenha transferido o controlo sobre esses activos.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através dos resultados são reconhecidos pelo justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados do exercício.

Os activos financeiros disponíveis para venda são valorizados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas em capitais próprios até ao momento da anulação do reconhecimento, ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registado em capitais próprios é transferido para resultados.

Os activos financeiros disponíveis para venda são valorizados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas em capitais próprios até ao momento da anulação do reconhecimento, ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registado em capitais próprios é transferido para resultados.

Para os activos financeiros em que não sejam possível mensurar com fiabilidade o justo valor, os mesmos são reconhecidos ao custo de aquisição, sendo qualquer imparidade registada por contrapartida de resultados.

c) Imparidade de activos financeiros

A MCS avalia em cada data de balanço a existência de evidência objectiva de imparidade.

Activos financeiros registados ao custo amortizado

Se existir evidência objectiva de que foi suportada uma perda por imparidade em empréstimos concedidos e contas a receber ou investimentos detidos até à maturidade registados pelo custo amortizado, a quantia da perda é mensurada como a diferença entre a quantia registada do activo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. A quantia registada do

activo deve ser reduzida através do uso de uma conta de redução do activo. A quantia da perda deve ser reconhecida nos resultados.

Se, num período subsequente, a quantia da perda por imparidade diminui e a diminuição pode ser relacionada objectivamente com um acontecimento que ocorra após o reconhecimento da imparidade, a perda por imparidade anteriormente reconhecida deve ser revertida ajustando a conta de redução do activo. A reversão não deve resultar numa quantia registada do activo financeiro que exceda a quantia que poderia ter sido determinada pelo custo amortizado, caso a imparidade não tivesse sido reconhecida à data em que a imparidade foi revertida. A quantia da reversão deve ser reconhecida nos resultados.

Activos financeiros registados pelo custo

Se existir evidência objectiva de que foi suportada uma perda por imparidade num instrumento de capital próprio não cotado que não está registado pelo justo valor porque o seu justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade, ou num activo derivado que está ligado , e que deve ser liquidado pela entrega de, um tal instrumento de capital próprio não cotado, a quantia da perda por imparidade é mensurada pela diferença entre a quantia registada do activo financeiro e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de retorno de mercado corrente para um activo financeiro semelhante. Estas perdas por imparidade não devem ser revertidas.

d) Compensação de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes já reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

e) Passivos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração

Empréstimos obtidos e contas a pagar

A MCS classifica os restantes passivos financeiros nesta categoria.

Reconhecimento inicial, mensuração e anulação do reconhecimento

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, à excepção da categoria dos passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, sendo os custos de transacção reconhecidos em resultados.

A anulação do passivo financeiro ocorre quando as obrigações contratuais do passivo financeiro expiram.

Quando um passivo financeiro é substituído por outro do mesmo credor, em condições substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente diferentes, essa troca ou alteração é tratada como uma anulação do reconhecimento do passivo original e é reconhecido um novo passivo, sendo a diferença dos valores registada em resultados.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são reconhecidos ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os empréstimos e contas a pagar, após o reconhecimento inicial são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efectiva. Ganhos e perdas são reconhecidos em resultados aquando da anulação do reconhecimento se encontra em imparidade, assim como decorrentes de aplicação do método do juro efectivo.

f) Resseguro

No decurso da sua actividade a MCS analisa a possibilidade de cedência de risco para todos os ramos de seguro em que desenvolve a sua actividade. Os valores a receber ou a pagar relacionados com a actividade de resseguro, incluem saldos a receber ou a pagar com resseguradoras, de acordo com as disposições contratuais previamente definidas nos respectivos tratados de resseguro.

g) Valores a receber por operações de seguro

Os valores a receber por operações de seguro são reconhecidos quando devidos à Companhia, sendo mensurados pelo seu justo valor. Após o reconhecimento inicial, os valores a receber por operações de seguro são mensurados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa efectiva. Sempre que se registem indícios de que um activo por valores a receber por operações de seguro possa estar em imparidade, é avaliada a sua recuperabilidade e reconhecida em resultados qualquer perda estimada.

Os critérios de desreconhecimento descritos para os activos financeiros são aplicáveis no desreconhecimento de valores a receber por operações de seguro.

h) Caixa e equivalentes de caixa

Na preparação da Demonstração de fluxos de caixa a Companhia considerou como Caixa e equivalentes de caixa os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

i) Provisões

A MCS constitui provisões quando tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos financeiros, e este possa ser determinado com fiabilidade.

O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

j) Activos tangíveis e edifícios de uso próprio

Os activos tangíveis utilizados pela MCS no decurso da sua actividade são registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia.

Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. As despesas de manutenção e reparação e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas nos resultados do período em que foram incorridas.

A depreciação dos activos tangíveis é calculada numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, utilizando-se, assim, as seguintes vidas úteis:

- Edifícios: 50 anos
- Equipamento informático: 8 anos
- Mobiliário e material: 7 a 10 anos
- Equipamento de transporte: 4 anos

Um item do activo tangível deixa de ser reconhecido aquando da sua alienação ou quando não se esperam benefícios económicos futuros decorrentes da sua utilização ou alienação. Qualquer ganho ou perda decorrente da anulação do reconhecimento do activo (calculado como a diferença entre o rendimento da venda e a quantia escriturada do activo) é reconhecido em resultados no período da sua anulação do reconhecimento.

A MCS efectua regularmente a análise de adequação da vida útil estimada dos seus activos tangíveis. As alterações na vida útil esperada dos activos são registadas através da alteração do período ou método de depreciação, conforme apropriado, sendo tratadas como alterações em estimativas contabilísticas.

k) Activos intangíveis

Os activos intangíveis da MCS são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

A MCS procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor

actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

l) Imparidade de itens não monetários

A MCS avalia, a cada data de relato, ou com maior frequência caso tenha ocorrido alterações que indiquem que um determinado activo possa estar em imparidade, se existem indicações de que um activo não financeiro se possa encontrar em imparidade. Se tal indicação existir, a MCS estima a respectiva quantia recuperável e, caso esta se apresente inferior à quantia escriturada, o activo encontra-se em imparidade e é reduzido para a sua quantia recuperável.

A cada data de balanço, a MCS reavalia se existe qualquer indicação de que uma perda por imparidade anteriormente reconhecida possa já não existir ou possa ter reduzido. Caso exista tal indicação, a MCS estima a quantia recuperável do activo e reverte as perdas por imparidade previamente reconhecidas apenas se tiverem ocorrido alterações nas estimativas usadas para estimar a quantia recuperável desde o reconhecimento da perda.

m) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo são mensurados numa base não descontada e imputadas aos resultados na medida em que o serviço é prestado.

É reconhecido um passivo para o montante esperado de bónus ou distribuição de resultados se a MCS tem uma obrigação legal ou construtiva em pagar esse valor resultante de um acontecimento passado de um serviço prestado por um empregado e se a obrigação puder ser mensurada com fiabilidade.

n) Impostos sobre o rendimento

Impostos correntes

O imposto corrente, activo ou passivo, é estimado com base no valor esperado a recuperar ou a pagar às autoridades fiscais. A taxa legal de imposto usada para calcular o montante é a que se encontra em vigor à data de balanço.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos, em conformidade com a legislação fiscal vigente.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação.

Os prejuízos fiscais reportáveis assim como os benefícios fiscais dão também origem a impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros contra os quais possam ser deduzidos os impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capitais próprios. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capitais próprios, não afectando o resultado do exercício.

o) Contratos de seguro

A Companhia emite contratos que incluem risco de seguro. Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o

segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico que possa afectar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro. Os contratos de seguro são mensurados de acordo com os seguintes princípios:

Reconhecimento de ganhos e perdas

Os ganhos e perdas decorrentes de contratos de seguro são reconhecidos ao longo do exercício a que respeitam, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento.

Prémios

Os prémios brutos emitidos de seguro directo, de resseguro aceite e de resseguro cedido são registados respectivamente como proveitos e custos, no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Tal como referido para os ganhos decorrentes de contratos de seguro, as comissões de administração cobradas aos tomadores de seguro são reconhecidas como ganho quando incorridas, independentemente do momento do seu recebimento.

Provisão para prémios não adquiridos

A Provisão para prémios não adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos até ao final do exercício, mas com vigência após essa data. Esta provisão tem como objectivo imputar aos exercícios seguintes, relativamente a cada um dos contratos de seguro em vigor, os ganhos e perdas correspondentes ao período de vigência do contrato, através da aplicação do método Pro-rata temporis. A Provisão para prémios não adquiridos é reconhecida no Balanço deduzida dos Custos de aquisição diferidos.

Custos de aquisição diferidos

Os custos de aquisição que estão directa ou indirectamente relacionados com a venda de contratos, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data de balanço.

Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos. De acordo com o Decreto n.º 30/2011, o diferimento destes custos está limitado a 20% dos prémios não adquiridos.

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde ao custo total estimado que Companhia espera vir a suportar com a regularização de todos os sinistros que tenham ocorrido até ao final do exercício, quer tenham ou não sido comunicados, deduzidos dos montantes pagos respeitantes aos mesmos sinistros.

Provisão para sinistros incorridos mas não reportados (IBNR)

A provisão para IBNR é calculada para os ramos não-vida pelo correspondente a 4% dos custos com sinistros líquidos de resseguro.

Provisões técnicas para o resseguro cedido

A provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido é calculada de acordo com os critérios descritos acima para o seguro directo. A quota parte do resseguro na provisão para sinistros é determinada individualmente para cada processo de sinistro, com base nas condições previstas nos tratados de resseguro aplicáveis.

Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor do somatório dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis e ainda não processados à data do encerramento do exercício, relativos a contratos em vigor. O método de cálculo da provisão para riscos em curso está de acordo com a legislação aplicável – Decreto n.º 30/2011.

Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade visa fazer face à sinistralidade excepcionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha mais oscilações e deve ser constituída para o seguro de crédito, seguro de caução, seguro de colheitas e para o risco de fenómenos sísmicos. O método de cálculo da provisão para desvios de sinistralidade está de acordo com a legislação aplicável – Decreto n.º 30/2011.

2.4. Principais julgamentos, estimativas e pressupostos contabilísticos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração efectue julgamentos, estimativas e premissas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total de activo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efectuados, nomeadamente no que concerne ao efeito dos custos e proveitos reais.

Os julgamentos efectuados pela gestão são revistos periodicamente. Qualquer alteração às estimativas que resulte da obtenção de melhor informação é reconhecida nesse período e nos exercícios seguintes.

Estimativas e pressupostos

As principais estimativas contabilísticas e pressupostos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são analisadas como segue:

Responsabilidade total decorrente de sinistros por regularizar relativos a contratos de seguro

Existem algumas fontes de incerteza que a MCS necessita de considerar na determinação da estimativa das responsabilidades totais por pagar com sinistros.

As fontes de incerteza decorrentes de contratos de seguro podem ser caracterizadas da seguinte forma:

(i) Incerteza quanto à possibilidade de ocorrência de um evento que dê origem a uma perda segurada;

(ii) Incerteza quanto ao valor da perda reportada à Companhia em resultado de um acontecimento seguro desfavorável;

(iii) Incerteza quanto ao valor total da responsabilidade decorrente de sinistros participados à Companhia;

(iv) Incerteza quanto à exposição futura pela Companhia a responsabilidades assumidas e ainda não reportadas.

O grau de incerteza será diferente entre os vários ramos de negócio, de acordo com as características dos riscos segurados. O custo de cada sinistro é determinado considerando o valor actual da perda esperada pelo tomador de seguro.

A constituição de responsabilidades por contratos de seguro é um processo de incerteza inerente à actividade da MCS, como tal, o custo total de regularização de um sinistro poderá variar em relação à estimativa inicial do custo com o sinistro. A Companhia elabora estimativas e pressupostos que lhe permitam adequar as responsabilidades às possíveis perdas por contratos de seguro. As estimativas e os julgamentos realizados são sujeitos a revises trimestrais, permitindo ajustar quaisquer factos novos identificados.

As estimativas iniciais são determinadas com base na melhor estimativa possível relativamente aos sinistros declarados e ao padrão de sinistralidade que se verifica na Companhia. A MCS procede ainda à determinação de estimativas para os sinistros ocorridos mas ainda não participados (IBNR) e a estimativas para sinistros ocorridos mas não reportados adequadamente (IBNER).

Provisões

As provisões constituídas para fazer face a perdas prováveis em que a MCS é parte interessada são constituídas atendendo à expectativa de perda da Administração, sustentada na informação prestada pelos seus assessores jurídicos, sendo objecto revisão anual.

Impostos sobre os lucros

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados pela MCS com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento da

Companhia sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual é susceptível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

Os activos por impostos diferidos decorrentes de prejuízos fiscais reportados, são reconhecidos na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros permitirão que o activo por impostos diferidos seja recuperado. O reconhecimento de impostos diferidos activos exige que a Administração efectue julgamentos de modo a poder determinar a probabilidade e o valor dos lucros futuros que permita o reconhecimento dos activos por impostos diferidos.

2.5. Alterações de políticas contabilísticas, estimativas e erros

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas que produzam efeito na comparabilidade desses exercícios.

De igual forma, excepto ao mencionado na nota 3.13, não ocorreram alterações significativas de estimativas, nem foram detectados erros que motivem reexpressão das quantias comparativas.

2.6. Ajustamentos de transição para o novo regime contabilístico e respectivos impactos

Conforme referido na nota 2.1, a MCS adoptou o novo plano de contas aplicável às entidades habilitadas ao exercício da actividade seguradora, bem como às entidades gestoras de fundos de pensões com referência a 1 de Janeiro de 2011. O referido plano de contas adopta as NIRF emitidas até à data de emissão do Diploma Ministerial n.º 222/2010.

Anteriormente, as demonstrações financeiras eram apresentadas de acordo com o "Plano de contas para as entidades habilitadas ao exercício da actividade seguradora" aprovado pelo Diploma Ministerial n.º 113/2004 e demais legislação complementar. Os ajustamentos efectuados às demonstrações financeiras em 1 de Janeiro de 2011 foram calculados de forma retrospectiva, de acordo com as regras para a primeira aplicação previstas na NIRF 1.

As diferenças entre o anterior plano de contas e o actual plano de contas resultante da adopção das NIRF, assim como o impacto nas demonstrações financeiras em 1 de Janeiro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2010, e a reconciliação dos capitais próprios e resultados são apresentados da seguinte forma:

		31-Dez-2010	01-Jan-2010
Capital próprio de acordo com o anterior plano de contas		**36 362 735**	**35 931 917**
Pela mensuração do empréstimo concedido ao custo amortizado	(a)	167 189	178 237
Pela mensuração das obrigações do tesouro ao custo amortizado	(a)	(145 235)	(116 188)
Pelo cálculo das depreciações em conformidade com o modelo do custo	(b)	(650 988)	
Impostos diferidos passivos pela reavaliação do edifício sede	(c)	(3 261 498)	(3 261 498)
Impostos diferidos passivos pelas diferenças de câmbio favoráveis não realizadas	(d)	(1 599 753)	
Ajustamentos de transição		**(5 490 285)**	**(3 199 450)**
Capital próprio de acordo com o novo plano de contas (baseado nas NIRF)		***30 872 450***	***32 732 468***

		31-Dez-2010
Resultados de acordo com o anterior plano de contas		**430 818**
Pela mensuração do empréstimo concedido ao custo amortizado	(a)	(11 048)
Pela mensuração das obrigações do tesouro ao custo amortizado	(a)	(29 047)
Pelo cálculo das depreciações em conformidade com o modelo do custo	(b)	(650 988)
Impostos diferidos passivos pela reavaliação do edifício sede	(c)	-
Impostos diferidos passivos pelas diferenças de câmbio favoráveis não realizadas	(d)	(1 599 753)
Ajustamentos de transição		**(2 290 835)**
Resultados de acordo com o novo plano de contas (baseado nas NIRF)		***(1 860 017)***

a) Pela mensuração ao custo amortizado

Os títulos de rendimento fixo detidos pela Companhia enquadram-se na categoria de instrumentos financeiros designada de Investimentos a deter até à maturidade. Após o reconhecimento inicial estes activos deverão ser mensurados ao custo amortizado através do método da taxa efectiva. No anterior normativo contabilístico estes títulos encontravam-se mensurados pelo valor de custo. De igual forma, os empréstimos concedidos, estando enquadrados na categoria de instrumentos financeiros designada de

Empréstimos e contas a receber, deverão ser mensurados de acordo com o custo amortizado através do método da taxa efectiva.

b) Pelo cálculo das depreciações em conformidade com o modelo do custo

De acordo com o anterior normativo, os edifícios de uso próprio eram classificados como investimentos, devendo ser mensurados de acordo com o seu valor actual à data de relato. Em conformidade com o novo plano de contas, os edifícios de uso próprio são tratados como activos tangíveis, devendo o seu valor de balanço corresponder ao valor reavaliado do imóvel, deduzido de amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

c) Impostos diferidos passivos pela reavaliação do edifício sede

O anterior normativo contabilístico não previa o reconhecimento de impostos diferidos. Actualmente, reconhecem-se impostos diferidos resultantes das diferenças temporárias entre a base contabilística e a base fiscal nos termos previstos na NIC 12 – Impostos sobre o rendimento. Foram reconhecidos passivos por impostos diferidos decorrentes da reavaliação dos edifícios de uso próprio.

d) Impostos diferidos passivos pelas diferenças de câmbio desfavoráveis não realizadas

O anterior normativo contabilístico não previa o reconhecimento de impostos diferidos. Actualmente reconhecem-se impostos diferidos resultantes das diferenças temporárias entre a base contabilística e a base fiscal nos termos previstos na NIC 12 – Impostos sobre o rendimento. As diferenças de câmbio não realizadas não são aceites como ganho ou perda do exercício, sendo este ganho ou perda tributado apenas aquando da sua realização.

3. Notas às demonstrações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa

	31-Dez-2011	31-Dez-2010
Caixa	45 000	25 000
Depósitos à ordem	3 445 405	5 376 146
	3 490 405	***5 401 146***

Empréstimos e contas a receber – Outros depósitos

	31-Dez-2011	31-Dez-2010
Meticais		
BCI	2 816 328	1 382 033
FNB	-	1 034 100
Dólares Norte-Americanos		
BCI	15 972 950	16 602 688
FNB	-	1 912 772
Rands Sul-Africanos		
BCI	1 577 900	1 823 259
FNB	678 424	-
	21 045 602	***22 754 852***

Empréstimos e contas a receber – Outros empréstimos

	31-Dez-2011	31-Dez-2010
Empréstimo concedido - Soluções	1 719 058	2 653 334
	1 719 058	***2 653 334***

Investimentos a deter até à maturidade

	31-Dez-2011	31-Dez-2010
Obrigações do tesouro 2005	1 898 884	1 878 690
	1 898 884	***1 878 690***

Edifícios de uso próprio

Tal como referido na nota 2.6, a MCS aplicou a isenção que permite uma entidade optar por mensurar um item do activo tangível na data de transição para o novo plano de contas pelo seu justo valor e usar esse justo valor como custo considerado nessa data.

A decomposição do valor bruto contabilístico do edifício decompõe-se da seguinte forma:

	2011	2010
Edifício Sede		
Custo	33 207 018	33 207 018
Reavaliação	10 192 182	10 192 182
	43 399 200	***43 399 200***

Activos tangíveis

O movimento ocorrido nos activos tangíveis é analisado como segue:

	31-Dez-2010	Compras	Vendas / Abates	Transferências	31-Dez-2011
Custo de aquisição					
Edificios	43 399 200	-	-	-	43 399 200
Equipamento administrativo	1 015 477	-	-	-	1 015 477
Máquinas e ferramentas	497 028	-	-	-	497 028
Equipamento informático	4 547 002	874 819	-	-	5 421 821
Instalações interiores	5 400	-	-	-	5 400
Material de transporte	6 812 608	600 000	-	-	7 412 608
Mobiliário e material	3 242 612	755 020	-	-	3 997 632
Património artístico	738 009	165 151	-	-	903 160
Outro equipamento	444 973	11 748	-	-	456 722
	60 702 310	**2 406 738**	**-**	**-**	**63 109 048**

	31-Dez-2010	Depreciação do exercício	Vendas / Abates	Transferências	31-Dez-2011
Depreciações acumuladas					
Edificios	650 988	650 988	-	-	1 301 976
Equipamento administrativo	481 931	98 178	-	-	580 109
Máquinas e ferramentas	171 525	70 976	-	-	242 501
Equipamento informático	3 500 865	384 875	-	-	3 885 740
Instalações interiores	4 860	540	-	-	5 400
Material de transporte	5 094 278	833 505	-	-	5 927 783
Mobiliário e material	1 084 505	364 109	-	-	1 448 613
Património artístico	165 764	90 316	-	-	256 080
Outro equipamento	174 659	45 672	-	-	220 331
	11 329 375	**2 539 158**	**-**	**-**	**13 868 533**
Valor líquido	***49 372 934***				***49 240 515***

A rubrica de Edifícios, em 31 de Dezembro de 2011, é constituída pelo imóvel sito na Avenida Kenneth Kaunda, no qual se situa a sede da Companhia.

	01-Jan-2010	Compras	Vendas / Abates	Transferências	31-Dez-2010
Custo de aquisição					
Edifícios	43 399 200	-	-	-	43 399 200
Equipamento administrativo	718 187	297 290	-	-	1 015 477
Máquinas e ferramentas	497 028	-	-	-	497 028
Equipamento informático	4 236 659	310 342	-	-	4 547 002
Instalações interiores	5 400	-	-	-	5 400
Material de transporte	6 609 808	202 800	-	-	6 812 608
Mobiliário e material	3 049 824	192 788	-	-	3 242 612
Património artístico	640 932	97 078	-	-	738 009
Outro equipamento	444 973	-	-	-	444 973
	59 602 012	**1 100 298**	**-**	**-**	**60 702 310**

	01-Jan-2010	Depreciação do exercício	Vendas / Abates	Transferências	31-Dez-2010
Depreciações acumuladas					
Edifícios	-	650 988	-	-	650 988
Equipamento administrativo	383 753	98 178	-	-	481 931
Máquinas e ferramentas	100 549	70 976	-	-	171 525
Equipamento informático	3 188 863	312 002	-	-	3 500 865
Instalações interiores	4 320	540	-	-	4 860
Material de transporte	4 339 995	754 283	-	-	5 094 278
Mobiliário e material	760 244	324 261	-	-	1 084 505
Património artístico	91 963	73 801	-	-	165 764
Outro equipamento	130 162	44 497	-	-	174 659
	8 999 849	**2 329 526**	**-**	**-**	**11 329 375**
Valor líquido	***50 602 162***				***49 372 934***

Activos intangíveis

	31-Dez-2010	Aumentos	Diminuições	Regularizações	31-Dez-2011
Custo de aquisição					
Despesas em edifícios arrendados	-	656 140	-	-	656 140
	-	**656 140**	**-**	**-**	**656 140**

	31-Dez-2010	Reforço	Regularizações	31-Dez-2011
Amortizações acumuladas				
Despesas em edifícios arrendados	-	218 692	-	218 692
	-	**218 692**	**-**	**218 692**
Valor líquida	**-**			***437 448***

Provisões técnicas de resseguro cedido

	31-Dez-2011	31-Dez-2010
Provisão para prémios não adquiridos	10 386 157	10 386 157
Provisão para sinistros	1 889 072	1 889 072
	12 275 228	***12 275 228***

A 31 de Dezembro de 2011 o valor da provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido e o valor da provisão para sinistros de resseguro cedido apresenta a seguinte decomposição por ramos:

	PPNA	Provisão para sinistros
Acidentes de Trabalho	-	14 700
Acidentes pessoais e Doença	492 192	15 615
Incêndio e Outros Danos em Coisas	4 909 315	707 704
Automóvel	-	-
Transportes	327 080	127 098
Responsabilidade Civil	962 524	115 007
Diversos	297 012	1 920
	6 988 124	982 045

Outros devedores por operações de seguro directo e outras operações

Os valores a receber por operações de seguro directo são analisados como se segue:

	31-Dez-2011	31-Dez-2010
Tomadores de seguro	77 814 090	63 255 027
Mediadores de seguro	410 091	3 373 000
Parte dos resseguradores nas responsabilidades por contratos de seguro	3 870 811	3 373 000
Valores a receber por outras operações	6 109 454	6 203 657
	88 204 447	*76 204 685*
Imparidade em valores a receber por operações de seguro directo	(6 296 068)	(4 166 816)
	81 908 378	***72 037 869***

Do total de valores a receber por outras operações, faz parte um montante de 4.600.972 Meticais relativo a um saldo a receber da Lusitania. Em 2010 este valor ascendia a 4.626.635 Meticais.

Provisões técnicas de seguro directo

A rubrica de provisões técnicas de seguro directo é analisada como se segue:

	2011	2010
Provisão para prémios não adquiridos	60 992 732	59 152 495
Provisão para sinistros	16 427 563	19 957 726
Provisão para desvios de sinistralidade	55 527	44 449
Provisão para riscos em curso	2 882 449	8 750 159
	80 358 271	***87 904 829***

A 31 de Dezembro de 2011, a decomposição por ramos das provisões técnicas é a seguinte:

	PPNA	Provisão para sinistros	Provisão para desvios de sinistralidade	Provisão para riscos em curso
Acidentes de Trabalho	6 883 786	293 019	-	-
Acidentes pessoais e Doença	899 460	1 083 073	-	303 636
Incêndio e Outros Danos em Coisas	8 403 629	1 293 035	55 527	-
Automóvel	42 162 938	13 242 850	-	2 553 138
Transportes	516 198	317 290	-	-
Responsabilidade Civil	1 673 093	193 535	-	-
Diversos	453 628	4 761	-	25 674
	60 992 732	**16 427 563**	**55 527**	**2 882 449**

A 31 de Dezembro de 2010, a decomposição por ramos das provisões técnicas é a seguinte:

	PPNA	Provisão para sinistros	Provisão para desvios de sinistralidade	Provisão para riscos em curso
Acidentes de Trabalho	5 471 355	1 327 483	-	-
Acidentes pessoais e Doença	1 497 204	(525)	-	907 214
Incêndio e Outros Danos em Coisas	13 413 746	1 858 816	44 449	1 269 719
Automóvel	37 041 379	15 385 288	-	6 573 226
Transportes	520 604	1 349 806	-	-
Responsabilidade Civil	490 021	35 351	-	-
Diversos	718 186	1 506	-	-
	59 152 495	**19 957 726**	**44 449**	**8 750 159**

Outros credores por operações de seguro directo e outras operações

A rubrica de outros credores apresenta a seguinte decomposição:

	2011	2010
Valores a pagar por operações de seguro directo		
Mediadores de seguro	8 392 762	6 581 508
Tomadores de seguro	715 003	906 784
Valores a pagar por operações de resseguro		
Resseguradoras	29 416 324	24 108 062
Valores a pagar por outras operações	4 171 203	1 998 349
	42 695 292	***33 594 704***

Capital social

Durante o exercício não ocorreram quaisquer operações de subscrição de capital. O Capital Social da Moçambique, Companhia de Seguros, S.A., encontra-se integralmente subscrito e realizado.

	Número de acções	% participação
GCP – Soc. de Gestão e Controlo de Part. Sociais	80 190	24%
Montepio Geral – Associação Mutualista	59 400	18%
Lusitania – Companhia de Seguros, SA	38 610	12%
FINOLCO, CO.INC	33 000	10%
Caixa Económica Montepio Geral	29 700	9%
Banco Efisa, SA	14 850	5%
Empresa de Tráfego e Estiva, SA	14 850	5%
Grupo Visabeira, SGPS	14 850	5%
Eng. Luís Marques dos Santos	11 880	4%
INSS – Instituto Nac. De Segurança Social	11 880	4%
Raminiklal Jamonadás	8 910	3%
Dr. Hiteshkumar Raminiklal	5 940	2%
W&W – Consultoria e Investimentos, Lda	5 940	2%
	330 000	***100%***

Prémios, líquidos de resseguro

Os prémios, líquidos de resseguro, decompõem-se por ramo como segue:

	2011			2010		
	Prémios brutos emitidos	Prémios de resseguro cedido	Prémios líquidos de resseguro	Prémios brutos emitidos	Prémios de resseguro cedido	Prémios líquidos de resseguro
Acidentes de Trabalho	22 567 044	474 474	22 092 570	11 616 853	580 758	11 036 096
Acidentes pessoais e Doença	(1 936 598)	3 323 471	(5 260 068)	5 631 736	4 315 107	1 316 628
Incêndio e Outros Danos em Coisas	27 620 989	19 686 544	7 934 445	26 746 995	19 090 644	7 656 351
Automóvel	84 546 163	2 489 545	82 056 618	64 300 439	3 163 175	61 137 264
Transportes	6 134 483	3 160 120	2 974 363	4 120 960	2 221 561	1 899 399
Responsabilidade Civil	4 395 016	3 103 391	1 291 625	943 093	157 687	785 406
Diversos	1 086 646	461 156	625 490	1 652 422	1 133 242	519 180
	144 413 744	***32 698 702***	***111 715 042***	***115 012 497***	***30 662 174***	***84 350 323***

Custos com sinistros, líquidos de resseguro

Os custos com sinistros, antes da imputação dos gastos gerais, apresentam a seguinte decomposição por ramo:

	2011			2010		
	De seguro directo	De resseguro cedido	Total	De seguro directo	De resseguro cedido	Total
Acidentes de Trabalho	1 107 118	-	1 107 118	2 917 257	(627 656)	3 544 914
Acidentes pessoais e Doença	1 083 598	29 082	1 054 517	(1 045 877)	(655 730)	(390 147)
Incêndio e Outros Danos em Coisas	2 739 259	1 799 023	940 236	1 728 849	551 476	1 177 373
Automóvel	44 268 747	-	44 268 747	42 984 593	(263 857)	43 248 449
Transportes	370 518	(314 921)	685 439	1 743 449	1 119 136	624 313
Responsabilidade Civil	158 184	92 984	65 200	40 900	26 581	14 319
Diversos	83 255	49 920	33 335	-	-	-
	49 810 679	***1 656 088***	***48 154 591***	***48 369 170***	***149 949***	***48 219 221***

Gastos de exploração, líquidos de resseguro

Antes da imputação dos custos, os gastos com comissões e as comissões de resseguro apresentam a seguinte decomposição por ramo:

	2011		2010	
	Comissões a mediadores	Comissões de resseguradores	Comissões a mediadores	Comissões de resseguradores
Acidentes de Trabalho	1 409 024	176 640	1 396 949	175 721
Acidentes pessoais e Doença	242 699	876 132	130 735	491 456
Incêndio e Outros Danos em Coisas	2 102 628	5 659 091	2 052 546	4 004 571
Automóvel	8 058 516	926 823	5 711 726	1 069 928
Transportes	585 291	1 621 530	392 895	1 050 114
Responsabilidade Civil	498 265	2 183 810	89 213	(1 724)
Diversos	53 556	82 375	74 650	521 473
	12 949 977	***11 526 401***	***9 848 714***	***7 311 539***

A imputação dos gastos gerais por funções foi feita da seguinte forma:

	2011	2010
Sinistros	565.680	462 694
Aquisição	11.774.657	12 046 873
Administrativa	39.651.720	32 884 317
Investimentos	707.228	1370867,66
	52.699.285	***46 764 751***

Os gastos administrativos são analisados como se segue:

	2011	2010
Gastos com o pessoal		
Remunerações dos Órgãos Sociais	2 750 852	2 087 488
Remunerações do Pessoal	22 347 203	20 403 836
Encargos sobre remunerações	551 105	448 357
Cursos de Formaçao	805 118	303 388
Outros	52 500	10 500
Comparticipação nas despesas hospitalares	1 684 838	1 426 927
Fornecismentos e serviços de terceiros		
Trabalhos especializados	3 637 398	2 131 676
Publicidade e Propaganda	3 407 995	2 161 182
Rendas e Alugueres	2 803 647	2 713 625
Conservação e Reparação	2 318 754	3 217 749
Comunicação	2 081 191	2 211 761
Deslocações e Estadas	1 362 596	1 242 368
Vigilância e Segurança	1 108 934	983 388
Combustiveis	1 097 255	891 613
Material de Escritório	1 035 010	983 813
Outros gastos administrativos	2 279 782	1 888 339
Depreciações e amortizações do exercício	2 757 850	2 329 526
Outros	617 256	1 329 218
	52 699 285	***46 764 751***

Outros rendimentos e gastos não técnicos

Os outros rendimentos e gastos não técnicos analisam-se como se segue:

	2011	2010
Outros rendimentos não técnicos		
Diferenças de câmbio favoráveis	2 617 929	11 259 452
Outros rendimentos não técnicos	100 531	136 346
	2 718 461	**11 395 798**
Outros gastos não técnicos		
Diferenças de câmbio desfavoráveis	8 040 957	3 037 734
Quotas	-	300 000
Outros gastos não técnicos	61 515	78 190
	8 102 472	**3 415 924**
	(5 384 011)	***7 979 874***

Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento decompõem-se da seguinte forma:

	2011	2010
Imposto corrente	(2 833 042)	-
Imposto diferido	3 281 108	(1 599 753)
	448 066	***(1 599 753)***

O imposto corrente é determinado com base nas taxas de impostos em vigor para cada exercício fiscal. O valor a pagar de imposto sobre o rendimento relativo ao exercício de 2011 será deduzido dos pagamentos por conta de imposto efectuados durante o ano num valor total de 1 022 236 Meticais.

A reconciliação entre o imposto corrente e o imposto diferido da MCS com referência aos anos de 2011 e 2010, assim como o movimento dos impostos diferidos nos anos de 2011 e 2010 são os seguintes:

	2011		2010	
	Taxa de imposto	Valor	Taxa de imposto	Valor
Resultado antes de imposto		4 077 852		430 818
Imposto a pagar à taxa normal	32,00%	1 304 913	32,00%	137 862
Correcções fiscais - A acrescer				
Diferenças de câmbio desfavoráveis não realizadas	41,23%	1 681 355	7,15%	30 794
Reintegrações e amortizações não aceites como custos	2,29%	93 294	32,62%	140 523
Despesas ilícitas, prémios de seguros e contribuições	3,80%	155 028	0,00%	-
Donativos	4,35%	177 548	0,00%	-
Multas	0,26%	10 432	0,00%	-
50% de ajudas de custo	0,09%	3 469	0,00%	-
80% das despesas de representação	0,96%	39 239	4,61%	19 882
Despesas confidenciais e/ou não documentadas	0,07%	3 040	0,00%	-
50% dos encargos com viaturas ligeiras de passageiros	7,28%	296 741	76,38%	329 075
Correções relativas a exercícios anteriores	0,24%	9 600	0,00%	-
Correcções fiscais - A deduzir				
Prejuízos fiscais deduzidos	23,09%	941 617	0,00%	-
Diferenças de câmbio favoráveis não realizadas	0,00%	-	371,33%	1 599 753
Imposto efectivo a liquidar	69,47%	2 833 042	-218,56%	(941 617)
Imposto corrente	***69,47%***	***2 833 042***	***-218,56%***	**-**

	2010	Ganhos e perdas		2011
		Perdas	Ganhos	
Activos por impostos diferidos				
Diferenças de câmbio desfavoráveis não realizadas	-	-	1 681 355	1 681 355
	-	***-***	***1 681 355***	***1 681 355***
Passivos por impostos diferidos				
Reavaliação do edifício de uso próprio	3 261 498	-	-	3 261 498
Diferenças de câmbio favoráveis não realizadas	1 599 753	-	1 599 753	-
	4 861 251	***-***	***1 599 753***	***3 261 498***
			3.281.108	

	2009	Ganhos e perdas		2010
		Perdas	Ganhos	
Activos por impostos diferidos				
Diferenças de câmbio desfavoráveis não realizadas	-	-	-	-
	-	***-***	***-***	***-***
Passivos por impostos diferidos				
Reavaliação do edifício de uso próprio	3 261 498			3 261 498
Diferenças de câmbio favoráveis não realizadas	-	1 599 753	-	1 599 753
	3 261 498	***1 599 753***	***-***	***4 861 251***
		(1.599.753)		

Partes relacionadas

A cedência do risco de seguro pela MCS é feita, na sua maioria, através da Lusitania Companhia Seguros, S.A.

As transacções e saldos entre as duas entidades sumarizam-se como se segue:

	2011	2010
Prémios de resseguro cedido	14 691 430	12 095 997
Comissões de resseguro cedido	3 043 657	1 894 182
Parte do ressegurador nos custos com sinistros	2 409 925	1 513 803
Participação nos resultados	5 542 709	4 344 006
Conta corrente	24 383 518	20 735 062

A MCS dispõe ainda de um depósito efectuado junto da Lusitania Companhia de Seguros, S.A. no valor de 4.600.972 Meticais.

Existem ainda os seguintes valores a pagar a accionistas:

	2011	2010
INSS - Instituto Nacional de Segurança Social	90 288	90 288
W&W, Consultoria e Investimentos, Lda	45 144	45 144

Remunerações do pessoal chave da gestão

As remunerações do pessoal chave da gestão ascenderam, em 2011, a 2 750 852 Meticais. Em 2010, os valores foram de 2 087 488 Meticais.

Acontecimentos após a data de balanço

Não se verificaram eventos favoráveis ou desfavoráveis para a MCS que afectem as presentes demonstrações financeiras ou que requeiram divulgação nas mesmas.

Parecer do Conselho Fiscal

MOÇAMBIQUE
COMPANHIA DE SEGUROS

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Relatório dos Auditores Independentes

MOÇAMBIQUE

COMPANHIA DE SEGUROS